

Caminhos para uma apropriação em arquitetura: possibilidades de resistência e ruptura face ao capitalismo neoliberal

Carolina Akemi Martins Morita, Ruy Sardinha Lopes*

Resumo Este trabalho comporta reflexões provenientes de uma pesquisa de doutorado em andamento em que, com base em autores como Henri Lefebvre, vimos buscando compreender o sentido do habitar como um diálogo entre a arquitetura, a cidade e a vida cotidiana, em busca de horizontes de resistência e de criação antissistêmica. Apresentamos a discussão sobre as ambiguidades e possíveis potencialidades usualmente implicadas numa práxis, levantando-se a questão: quais possibilidades antissistêmicas existem na arquitetura, não apenas enquanto táticas de apropriação, mas como estratégia de ruptura efetiva em relação à lógica de produção e reprodução capitalista?

Palavras-chave: produção do espaço, habitar, apropriação.

Pathways to appropriation in architecture: possibilities of resistance and rupture in the face of neoliberal capitalism

Abstract This work brings to light reflections from an ongoing doctoral research in which, based on authors such as Henri Lefebvre, we seek to understand the meaning of inhabiting as a dialogue between architecture, city and everyday life, in search of horizons of resistance and anti-establishment creation. We present the discussion about the ambiguities and possible potentialities usually implied in a praxis, raising the question: what are the anti-establishment possibilities in architecture, not only as tactics of appropriation, but also as a strategy of effective rupture in relation to the logic of capitalist production and reproduction?

Keywords: space production, inhabiting, appropriation.

Caminos hacia una apropiación en arquitectura: posibilidades de resistencia y ruptura frente al capitalismo neoliberal

Resumen Este trabajo comporta reflexiones provenientes de una investigación de doctorado en curso en que, con base en autores como Henri Lefebvre, intentamos comprender el sentido del habitar como un diálogo entre la arquitectura, la ciudad y la vida cotidiana, en busca de horizontes de resistencia y de creación anti sistêmica. Se presenta la discusión sobre las ambigüedades y posibles potencialidades usualmente implicadas en una praxis, planteándose la cuestión: ¿cuáles posibilidades anti sistêmicas existen en la arquitectura, no sólo como tácticas de apropiación, sino como estrategia de ruptura efectiva en relación a la lógica de producción y reproducción capitalista?

Palabras clave: producción del espacio, habitar, apropiación.

O presente artigo, resultado de pesquisa de doutorado em andamento, tem a intenção de debater as possibilidades de ruptura, de vias alternativas ou de resistência no campo expandido da arte e/ou na vida cotidiana dentro das perspectivas apontadas pela expansão do capitalismo neoliberal e pela afirmação da sociedade do espetáculo, na qual a cultura e a própria vida aparecem transformados em itens de consumo. Para tanto, colocaremos em diálogo diversos autores como Jameson, Otilia Arantes, Tafuri, David Harvey e Boltanski & Chiapello, para a compreensão do momento histórico que marcou a transição entre as décadas de 1960 e 1970, em que parece ter havido uma inversão das forças de transformação no sentido de consolidação do crescimento capitalista. Essa abordagem será complementada constantemente pela discussão empreendida por Henri Lefebvre – realizada em diversos textos tais como “O direito à cidade” (1968/ 2016), “A revolução urbana” (1970/ 2008) ou “Reprodução das relações de produção” (1973) – segundo a qual o espaço assume uma relevância fundamental como um elemento não neutro ou passivo, mas ativo no próprio processo de produção capitalista, bem como nos processos urbanos, sociais, econômicos e políticos. Em suas palavras:

*Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece. A própria noção de criação” se detém ou degenera, miniaturizando-se no ‘fazer’ e na ‘criatividade’ (o faça-você-mesmo’ etc.). O que traz argumentos para apoiar uma te-se: **a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e uma revalorização do uso.*** (LEFEBVRE, 2016, p.14, grifo dos autores)

Como veremos, as perspectivas desses autores coincidem ao apontar para um paulatino processo de substituição da cidade enquanto valor de uso – típico da cidade como obra – pelo valor de troca – próprio da cidade como produto, em que o espaço, a arquitetura e o urbano assumem igualmente a forma-mercadoria, regida pela imagem e pela aparência, dispostos tais como “como itens de um catálogo ilustrado” (ARANTES, 2000a, p.50). A partir desse panorama, sinalizaremos para uma inserção das propostas de táticas urbanas, no sentido de avaliar e compreender seu potencial transformador na realidade atual.

* Carolina Akemi Martins Morita é Arquiteta e Urbanista, professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade e da Universidade Anhembi Morumbi, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-4297-6656>>. Ruy Sardinha Lopes é Filósofo, professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-0469-0729>>.

Resistência x Cooptação

A abordagem que realizaremos neste pequeno texto não envolve um percurso unidirecional, haja vista que, como insistiu tantas vezes o filósofo Henri Lefebvre, as relações entre as diversas atividades humanas e sociais nunca ocorrem de maneira totalmente lógica, direta, objetiva e passível de ser completamente diferenciada de sua atmosfera envolvente, mas, sim, contêm vais-e-vens, controvérsias, dúvidas,

ambiguidades, ou seja, implicam um processo e um pensamento dialético. Para Lefebvre (1973), isto seria decorrência de que, muito embora nosso pensamento frequentemente opere numa chave lógica e dualista – em busca incessante por sistemas coerentes – a “passagem” da lógica (mental) para a prática (social) já implicaria, em seu próprio processo, uma dialética (enquanto relação com a totalidade do real e suas tensões), uma vez que não ocorre sem contradições.

Decerto, ao longo da história, percebemos que a relação entre os movimentos de resistência e o status quo raramente se deu de maneira inquestionável, evidente e através de uma única via. Em outras palavras, quando se trata de avaliar quaisquer desses movimentos no que diz respeito ao seu real potencial transformador e capacidade de ruptura com o momento seja precedente ou mesmo contemporâneo, frequentemente chegamos a alguns impasses. Tafuri (1985) e Subirats (1986) parecem concordar quando asseguram, em textos homônimos – “dialética da vanguarda” –, que parte dessas questões pertenceriam a algo inerente à própria dinâmica da vanguarda, cuja dialética ocorre segundo um movimento de oscilação contínua entre a negação e a afirmação. Ao mesmo tempo em que tais movimentos envolvem um questionamento de sua época, um choque – daí sua impopularidade inicial e provisória – e uma superação do momento que se faz presente – em suma, uma ruptura com o passado –, o momento mesmo de sua afirmação apresenta-se como sua autonegação, dado que se dilui e se institui na realidade existente.

As vanguardas são, fundamentalmente, um fenômeno cultural de signo negativo, crítico, combativo, cuja razão de ser primordial se estriba na oposição e resistência contra a opacidade, reificação ou alienação das formas culturais objetivas. Mas também é próprio da dialética das vanguardas, que, uma vez cumprida sua tarefa iconoclasta e crítica, convertam-se elas próprias em um fenômeno afirmativo, de caráter normativo, e acabem afirmando-se com um poder também institucional e em seguida opaco (SUBIRATS, 1986, p.49).

Oposição eterna entre o instituinte – ímpeto de mudança, aquele que confere dinâmica à realidade – e o instituído – conservador, fixo, que participa de um poder hegemônico. Mas as contradições não se encerram aí. Para alguns autores, movimentos que se dizem de vanguarda – a tomar como exemplo as vanguardas históricas – dificilmente deixam de enfrentar um embate constante quanto à relação de continuidade ou descontinuidade que estabelecem com o status quo. Isto porque, no interior de muitos deles, podemos enxergar certos elementos que denunciariam um ainda comprometimento com a lógica então vigente ou, na melhor das hipóteses, sua inocuidade no sentido de proporcionar mudanças efetivas, transformações na base do sistema e a longo prazo. Tomemos alguns exemplos. Como veremos adiante, no que concerne ao momento mais recente – mais especificamente posterior a 1980 e correspondendo à produção do que alguns autores denominaram como a terceira geração de urbanistas –, para Otilia Arantes (2000b), haveria antes um comprometimento do planejamento (reestruturado) com estratégias de gestão e gerenciamento financeiros, seja ele de maneira consciente e intencional, por certo cinismo ou indiferença, seja mesmo acidental, quando a absorção pelo sistema ocorre de maneira não prevista ou pretendida.

Porém, se a análise dessas iniciativas posteriores à chamada derrocada do movimento moderno pode aparentar, agora, um pouco evidente, dado que o próprio discurso

de muitos profissionais da área parece não ter se esforçado muito para provar algo no sentido contrário ao que expusemos acima, a leitura e a conclusão nem sempre se mostram assim tão claras. Por exemplo, Henri Lefebvre (2008) considera que, se recuarmos um pouco mais, no auge do movimento moderno, já poderíamos encontrar elementos que demonstrariam sua cooperação com o sistema econômico – muito embora, como ressaltado pela própria Otilia, os modernos realmente acreditassem em seu potencial dissidente e antissistêmico. Como se sabe, a crítica mais veemente realizada por Lefebvre em relação aos modernos envolve precisamente o que chamamos de *urbanismo*. Para o autor, as estratégias urbanas – funcionais e racionais – empreendidas pelo planejamento urbano moderno não apenas coincidem com as estratégias industriais, mas contribuíram para a redução da prática urbana a certas chaves de análise – o habitat, a circulação, o lazer, o trabalho – e para o alcance dos ensejos econômicos (dependentes da produtividade, da eficiência, da homogeneidade, da lucratividade).

Assim, o *urbanismo* teria substituído o que Lefebvre entende por “pensamento urbanístico” – aquele que buscasse, de fato, compreender a sociedade urbana em sua totalidade – e se reduziu exclusivamente ao planejamento, em que a cidade aparece dilacerada em fragmentos e saberes parcelares. Tal planejamento urbano, abarcando tanto aspectos técnico-científicos quanto político-ideológicos, estaria subsumido à lógica e à racionalidade industriais, as quais, embora predominantes num momento anterior, não poderiam jamais encerrar toda a complexidade e riqueza da cidade em si mesmas.

O autor é enfático ao afirmar que a racionalidade urbanística moderna teria sido responsável, acima de tudo, por escamotear uma estratégia de classe, de tal modo a não se explicitarem as mediações entre seu conjunto ideológico e suas medidas adotadas. Em “O Direito à Cidade” (1968/2016), um de seus livros mais conhecidos, Lefebvre reitera que, mesmo nas mais diversas tendências ou abordagens em termos de urbanismo – sejam elas dos arquitetos, resultando mais num formalismo; dos administradores (supostamente pautados num saber científico, a partir de ciências parcelares da sociedade urbana); ou ainda dos promotores de venda (voltados para o mercado e o lucro) – manifesta-se, subjacente, uma estratégia global, *política*, que, em última análise, buscaria uma dominação completa da vida, em termos de produção e consumo tanto de mercadorias quanto de espaço.

Neste urbano espectral da perda generalizada das referências concretas, haveria uma conciliação entre dois termos contraditórios: uma prática social integrativa – que busca agir de maneira global e unificadora, visando a um todo coerente, segundo diversas modalidades que giram em torno do consumo, da cultura, dos valores; e, ao mesmo tempo, uma prática da segregação – levando à formação de guetos, de zoneamentos. Contexto em que se substituem as diferenças – imprescindíveis de uma relação e do diálogo entre as partes singulares – pela segregação, em que se busca o homogêneo e a igualdade através do isolamento dos pares em seus próprios grupos. De sorte que esta integração se torna ilusória e espectral (LEFEBVRE, 2016), instituindo-se, novamente, como parte da estratégia de uma classe. Daí a premência de se buscar compreender as contradições – por meio do pensamento dialético – e as possibilidades de tensão, mesmo onde a aparência se mostra em sua perfeita coerência, em função da ideologia.

Muitas destas questões não resolvidas, ou ainda sem respostas, configuram aquilo que Lefebvre denomina de “campo cego”, fase crítica ou caixa preta (a dobra): campos de tensão e conflito, pouco ou mal explorados, incertos, ambíguos talvez; “todos linguagens e metalinguagens a meio caminho entre o real e o fictício, entre o realizado e o possível. Vão à deriva, escapando dos sortilégios dos filósofos feiticeiros” (LEFEBVRE, 2008, p. 35). E, nestes campos cegos, Lefebvre diz nem mesmo a linguagem se adequar, uma vez que acabamos utilizando não apenas a lógica (maneira de pensar) mas também os termos próprios de um momento precedente – no caso da análise lefebvriana, o período industrial –, para tentar compreender uma situação que muito provavelmente não mais se enquadre em tais terminologias. Assim, não se trataria apenas de uma incapacidade de enxergar, mas também de uma ocultação, resultado de uma redução da cidade às exigências industriais e empresariais, ou seja, da relacionadas à acumulação do capital.

Nossa intenção, aqui, não é exatamente a de debater o quanto o próprio movimento moderno já conteria, como sugerido, elementos do capitalismo neoliberal que temos presenciado mais atualmente, mas apenas indicar que cada momento possui suas ambiguidades e, possivelmente, suas potencialidades. Recuperemos, agora, um pouco do histórico da década de 1960, que sucede justamente o que assumimos como o declínio do movimento moderno: é frequente encontrarmos comentários convergentes de que este teria sido um momento de florescimento da criatividade em diversas esferas, de crescimento da expressão de grupos sociais marginais e de uma postura política de resistência e crítica em relação ao sistema capitalista. Em “Periodizando os anos 60” (1991), Jameson enuncia uma série de condições de possibilidade que teriam favorecido o despertar da autoconsciência de sujeitos marginalizados, de minorias, de identidades coletivas.

No âmbito das relações internacionais, isto se deu em termos do processo dialético de descolonização e neocolonialismo, e das consequentes revoltas dos povos nativos; ao mesmo tempo, internamente a diversos países, também tivemos a erupção de diversas frentes de resistência social, marcadas principalmente pelos movimentos feministas, étnicos, de contracultura etc. No caso do Brasil, tratava-se dos anos de “floração tardia” do movimento cultural (SCHWARZ, 1978), após o golpe militar de 1964, marcados por uma crescente politização da atividade artística e por reavaliações de caráter estético, a fim de proporcionar participação popular no âmbito da produção e da criação. Em suma, os anos 60 teriam sido o momento em que se compartilhava um sentimento de que tudo era possível.

Esse clima geral de efervescência de ideias foi marcado, por exemplo, pela retomada do debate sobre arquitetura e cidade – de Jane Jacobs a Robert Venturi – colocando em xeque certos paradigmas e dogmas modernos. A crítica ao funcionalismo moderno, por seu racionalismo e pelo distanciamento com relação a certa subjetividade, ocorreu seja na arquitetura, com o último CIAM e o surgimento do Team X, com suas diversas experiências (FRAMPTON, 2008), seja na arte, com a retomada do que já havia sido anunciado por Walter Benjamin como a ruptura com o status artístico e a possibilidade de participação (BISHOP, 2006). Além das manifestações experimentais e até mesmo tecnológicas, tornava-se evidente o surgimento de muitas correntes vernaculares e participativas pelo mundo. Juntamente, houve uma intensa produção em termos de experimentação no “campo expandido” (KRAUSS, 1984), em busca de uma

nova relação entre sujeito e objeto-cidade, como a “Nova Babilônia” de Constant Nieuwenhuis, ou o Delírio Ambulatório, de Hélio Oiticica (CARERI, 2015). No caso do Brasil, foi este o momento de manifestações artístico-arquitetônicas que se opuseram ao afã desenvolvimentista precedente, em busca de propostas participativas, como foi o caso do grupo Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Rodrigo Lefevre e Flávio Império – com a implementação de uma análise crítica acerca do canteiro de obras, e de neoconcretistas como Hélio Oiticica, Lygia Clark, Lygia Pape, Ferreira Gullar, em que antiarte apresentava a criação individual e coletiva com uma dimensão corporal e orgânica (MORITA, 2011)

O intercâmbio de ideias era permanente. Por exemplo, é sabido que houve uma proximidade muito grande – podemos dizer até mesmo uma amizade – entre membros da Internacional Situacionista, como Guy Debord e Constant, e Henri Lefebvre, com trocas mútuas de influências. Assim como os situacionistas, Lefebvre teria enxergado e sinalizado, em diversos textos, um potencial de transformação através vida cotidiana, dos momentos e do espaço (mesmo fragmentado) da cidade.

Apesar de todo esse panorama de exaltação dos ânimos, de resistência e de promessa de uma possível transformação social, parece haver igualmente uma concordância entre diversos autores de que o período que sucede a década de 1960 teria proporcionado, surpreendentemente, um rearranjo, uma transformação e uma recuperação no interior do próprio modo de reprodução capitalista. Tal como apontado por Boltanski & Chiapello (2009), se, naquele momento do florescer dos anos 60, parecia se manifestar uma certa crise do capitalismo e uma contenção de seu crescimento desenfreado, além de uma resistência no âmbito da crítica e da criatividade, o que acaba por se revelar, na sequência, é justamente o seu inverso, ou seja, uma guinada no sentido da recuperação econômica e aceleração do crescimento. Com efeito, tomando novamente o caso brasileiro, diante de uma realidade em que as forças mercantis de neutralização parecem tudo transformar em valor de troca, as propostas que outrora emergiram para se contrapor à cultura da lógica do consumo acabavam sendo por ela absorvidas e transformadas num novo modismo. Impasse esse enfrentado pelo grupo Arquitetura Nova e também pelos neoconcretistas, cujos projetos acabariam por se tornar estilizados e apropriáveis como objetos de consumo, a despeito de seus esforços contrários. Mesmo a “liberdade”, proposta tanto no processo de trabalho do canteiro quanto nas produções contraculturais, encontraria seus equivalentes na revisão da produção capitalista – através de estratégias pós-fordistas – ou transformadas elas mesmas em objetos de consumo, em formas estilizadas de vida (o “design da experiência”), em modismos, enfim, em mercadoria (MORITA, 2011).

Obviamente, tal reestruturação do modelo econômico capitalista não nos pareceria tão perversa se não fosse por ela ter efetivamente envolvido um aumento do processo acumulativo, através do crescimento das taxas de lucro e de margem das empresas – ao mesmo tempo em que são diminuídos seus respectivos impostos –, dos lucros e ganhos não distribuídos e dos rendimentos sobre a propriedade, acompanhado, no entanto, por uma redução das taxas de contribuição social. Enfim, no geral, confirmase toda uma conjuntura baseada na eterna sintonia entre o aumento dos ganhos às empresas e o recrudescimento das desigualdades sociais. Ao mesmo tempo, como também ressaltado pelos autores, houve uma mudança na lógica de realização dos investimentos: o capital, por assim dizer, não dependeria mais unicamente de sua

atuação na produção propriamente dita na indústria (no “chão de fábrica”). Ao invés disto, teria alçado uma aparente independência em relação à cadeia produtiva, uma vez que esta foi capaz de se expandir para setores até então considerados marginais ou até improdutivos (o espaço, por exemplo), além de torna-se capaz de se consolidar através de processos cada vez mais “fluidos” e fundados na rentabilidade e especulação que pairam na esfera financeira. E, deste modo, a cidade torna-se produtiva, ou melhor, participa ativamente do processo de acumulação capitalista.

Ao tomarmos, mais uma vez, Henri Lefebvre (1973), temos que a explicação destes fenômenos giraria em torno do processo de superação das contradições do próprio sistema capitalista, o qual não havia sido acuado por seus limites e impasses tal como previra Marx, mas, sim, teria sido capaz de antecipar maneiras de superação e novas estratégias de acumulação através da própria produção do espaço.

Vale recuperarmos brevemente o percurso realizado pelo filósofo para diferenciar os termos produção e reprodução. Para este autor, em primeiro lugar, haveria, em Marx, uma ambiguidade do termo produção: o mesmo poderia significar produzir sentidos, produzir obras, produzir uma sociedade inteira, ao mesmo tempo em que também poderia ser produzir mercadorias, coisas. Atualmente, o termo abstraiu-se ainda mais, podendo implicar mesmo a “produção da produção”, ou seja, envolveria até mesmo a perda de uma referência prática. O conceito de “reprodução” proposto por Lefebvre teria, então, o intuito primeiro de restituir ao conceito de “produção” um referencial prático, uma relação com a realidade.

Por certo, a noção de reprodução se basearia no capitalismo pensado como sistema (modo de produção) nunca acabado, mas como um processo em curso incessante, pois necessita consumir-se e realizar-se sempre e continuamente (acumulando infinitamente). Assim, reprodução não implicaria apenas repetição, mas, como o próprio nome já indica, produção de relações; por isso, reprodução envolveria uma ideologia associada à prática. Trata-se, acima de tudo, de uma hipótese, de uma possibilidade de um fio condutor e de um instrumento heurístico de análise crítica do real, que envolveria uma constelação de conceitos: “o cotidiano – o urbano – o repetitivo e o diferencial – as estratégias – o espaço e a produção do espaço etc. (...) designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (LEFEBVRE, 1973:5). Em outro momento, o autor esclarece novamente o conceito de maneira bastante resolutiva:

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc. Essa reprodução se realiza através de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação (...). Ele tem esse caráter paradoxal que se tenta definir aqui: junto e separado. É dessa maneira que ele é concomitantemente dominado (pela técnica) e não apropriado (para e pelo uso). (LEFEBVRE, 2008b, p.49 e 53)

Apesar de toda a complexidade que envolve esse pensamento lefebvriano, o que parece estar exposto é o surgimento de uma diferença fundamental entre o que,

por um lado, aparecia-nos como a produção no capitalismo – “dentro do chão das fábricas” propriamente dito –, e o que, atualmente, apresenta-se como a produção no capitalismo, o qual passou a incluir e a ocorrer através do próprio espaço e da vida das pessoas – e este seria efetivamente o conceito de reprodução proposto pelo autor. Para tanto, essa reprodução teria como um de seus principais pressupostos a perda dos referenciais que outrora permitiam à linguagem referenciar-se socialmente; como substituto, a reprodução se consumaria através do mito (“o mito da tecnologia”, “o mito do progresso”), da ideologia, de uma prática inconsciente e da perda da identidade individual e, sobretudo, coletiva – o que, em certo sentido, não se distancia da análise já realizada por Marx ao definir o fetichismo da mercadoria, o qual implicaria uma autonomia dos objetos (signos) em relação a seus significados (valor de uso, produção enquanto processo), corroborada, mais recentemente, pelo “sistema dos objetos” proposto por Baudrillard (1969). A diferença que aparentemente se manifesta, agora, seria decorrente de que tudo assume uma dimensão, uma dinâmica e uma proporção espacial.

Como o próprio processo de produção da mercadoria detalhado exaustivamente por Marx, a reprodução também prevê uma fragmentação interior e uma contradição: a segregação espacial (através da expulsão de certos grupos sociais para as periferias) e sua integração simbólica e cultural, ou seja, ilusória. Ora, o que temos visto, especialmente a partir da década de 1980, é justamente essa generalização do universo da mercadoria aos mais diversos âmbitos da existência humana, a começar pelo próprio espaço social, e penetrando paulatinamente nos mais distintos momentos da vida. O resultado, para Lefebvre, seria a “cotidianidade”, ou vida cotidiana regulamentada, regida e controlada em todos os seus âmbitos, bem como a transformação da cidade-obra – local da criação – em cidade-produto – local do consumo. Ao mesmo tempo, a “sobrevivência” emerge enquanto palavra de ordem, em substituição do que poderia ser um “desejo de viver” propriamente dito, marcando a emergência da “sociedade burocrática do consumo dirigido” (1968b/1991) cunhada por Lefebvre para referir-se à cotidianidade, esse espaço-tempo não abandonado ou deixado à liberdade, mas produtivo.

Ora, há uma coincidência entre a análise crítica que expusemos acima e o que transparece no discurso mais recente de outros autores que nem sempre compartilham da mesma perspectiva, como Peter Hall (2007) – nos termos de Arantes (2000b: p.21), “insuspeito de maiores simpatias à esquerda”. Este autor sugere, a respeito das novas estratégias de reprodução do capitalismo em relação ao espaço, que o movimento urbanístico, que outrora guiaria e até mesmo controlaria, de certa forma, o crescimento urbano, passa a estar explicitamente a serviço de questões econômicas e a incentivar aquele mesmo crescimento. Nos diversos exemplos expostos por Hall, vale ressaltar que o modelo internacionalmente seguido é o norte-americano, mais especificamente as experiências em Baltimore empreendidas por James Rouse, cuja receita implicava essencialmente a tal da “revitalização urbana”. Segundo o autor:

Cidades, a nova mensagem soou em alto e bom som, eram máquinas de produzir riqueza; o primeiro e principal objetivo do planejamento devia ser o de azeitar a máquina. O planejador foi-se confundindo cada vez mais com seu tradicional adversário, o empreendedor (...). A receita mágica para a revitalização urbana – a palavra-isca norte-americana que passou a circular em todas essas reuniões – parecia consistir

num novo tipo de parceria criativa, expressão incessantemente utilizada pelos norte-americanos, entre o governo municipal e o setor privado. (HALL, 2007, p.407-412)

O que acaba por se consolidar consiste numa fórmula extremamente profícua – como também mencionado por David Harvey (2005) – que busca unir, num só movimento, os termos do investimento econômico e do planejamento urbano. Nesta estratégia, recreação, cultura, compras e habitação aparecem como elementos negociáveis e equiparáveis numa equação que visaria, sobretudo, o aumento da margem de lucro; envolve, assim, “(...) a criação deliberada da cidade-como-palco. Como o teatro, ela copia a vida real, mas não é a vida urbana de verdade” (HALL, 2007, p. 413-415). Harvey (2005), por sua vez, menciona três aspectos fundamentais que teriam possibilitado essa empreitada: as parcerias público-privadas, o empreendedorismo – atividade especulativa, em que o financiamento assumiria a maior parte do risco, enquanto o setor privado ficaria com os benefícios e rendimentos –; e o enfoque na economia política do lugar (construção especulativa, requalificações), em detrimento do pensamento do território em sua totalidade (busca por melhorias mais abrangentes). Em suma, teríamos a configuração de uma espécie de governança urbana, cuja prioridade se fundamenta essencialmente na atração de capitais de investimento e na criação de um “ambiente favorável aos negócios” (HARVEY, 2005, p. 179).

Nessa cidade-emprego, governada pelo planejamento estratégico, o termo “cultura” coloca-se na ordem do dia, desta vez transformada em imagem pura: a verdadeira representação da forma-mercadoria (ARANTES, 2000b). Irônico, não fosse por ser deveras trágico, se lembrarmos, como fizemos acima, seu papel marginal e autônomo, antissistêmico e anti-mercado de outrora. Na promoção dessa cidade-mercadoria ou cidade-produto, participam as mais variadas estratégias de “marketing” e de “image-making”, pertencentes ao universo publicitário. De fato, é neste momento que críticos como Fredric Jameson teriam identificado a emergência de certa arquitetura pós-moderna, a qual, apesar da controvérsia em torno do termo, indicaria uma arquitetura que teria substituído a utopia transformadora de outrora – mesmo limitada à “ideologia do plano” – por certo viés mais resignado e explicitamente conforme ao capital, como vemos abaixo:

*O que ocorreu é que a produção estética hoje está interligada à produção das mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com um ritmo de **turn over** cada vez maior, atribui uma posição e uma função estrutural cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo (...). De todas as artes, a arquitetura é a que está constitutivamente mais próxima do econômico, com que tem, na forma de encomendas e no valor de terrenos, uma relação virtualmente imediata. Não é de surpreender, então, que tenha havido um extraordinário florescimento da nova arquitetura pós-moderna apoiado no patrocínio de empresas multinacionais, cuja expansão e desenvolvimento estão estritamente contemporâneos aos da arquitetura.* (JAMESON, 2000, p. 30-31, grifo dos autores)

Nesse aspecto, o atual desenho arquitetônico surge como um verdadeiro um instrumento do consumo massivo, cuja função primordial resume-se ao entretenimento e à distração. Basicamente, vemos o “pensamento único”, em que temos, numa extremidade, a produção expressa na busca incessante pelo acúmulo de capital e,

na outra, seu espelho, o consumo obstinado. Cultura do consumo e do espetáculo, tal como aprendemos com Debord (1967), da perda generalizada dos referenciais, num mundo do “simulacro” – reino das imagens, da ficção, do valor de troca em detrimento do valor de uso – em que as relações passam a se dar igualmente por representações, de forma reservar ao indivíduo a função de mero espectador. Nos termos de Tafuri (1985, p. 57), a “imanência das relações de produção reais no comportamento do ‘público’, que usa a cidade sendo inconscientemente usado por ela” resume os indivíduos a uma condição de “participante de uma mercantilização cada vez mais generalizada”. A cidade prevê um comportamento de seus usuários que se encerra no consumo absoluto.

Diante dessa inversão de jogo, restaria uma “perplexidade ideológica” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009), uma resignação perante à reestruturação do capital ou a ausência de um pensamento crítico capaz de acompanhar as mudanças do capitalismo, resultante, em parte, da própria inaptidão das propostas antissistêmicas, que haviam ganhado força entre os anos 60 e 70, de se apresentarem como opções ou caminhos efetivamente viáveis no momento presente – mais precisamente a partir da década de 90. Nos termos de Lefebvre (2008), talvez pudéssemos enquadrar, novamente, tal panorama naquele “campo cego”, momento em que, intencionalmente ou não, somos incapazes de identificar os reais problemas e de vislumbrar uma via alternativa. Como resultado, temos o que Boltanski & Chiapello (2009, p. 27-28) ressaltam:

Os dispositivos críticos disponíveis não oferecem por ora nenhuma alternativa de envergadura. Só restam a indignação em estado bruto, o trabalho humanitário, o sofrimento como espetáculo e, sobretudo desde as greves de dezembro de 1995, ações centradas em causas específicas (moradia, estrangeiros em situação irregular etc.) que para adquirirem a amplitude de representações mais adequadas, carecem de modelos de análise renovados e de utopia social.

Há quem enxergue toda essa conjuntura de maneira, por assim se dizer, mais otimista, e que vislumbra um papel inovador na emergência de um “éthos criativo”, das indústrias e da classe criativa (FLORIDA, 2011), que toma a cultura e a criatividade como valores econômicos capazes de proporcionar investimento nas realidades locais, potencializando suas oportunidades e até mesmo contribuindo para seu desenvolvimento regional. Tal visada adquiriu tamanha força que temos, atualmente, cunhada uma expressão que pudesse ser designada às cidades que atendessem a estes princípios: trata-se das “cidades criativas” – sugerindo mesmo a cidade como produto desenhado pela indústria criativa –, que emergem, inclusive, como um dos projetos da UNESCO, a partir de 2004.

A inserção das táticas urbanas

Poderíamos dizer que, até este momento, apresentamos o debate existente acerca de toda uma “estratégia de classe”, para usar os termos precisos de Lefebvre (1970), que se institui atualmente com a face do capitalismo neoliberal. Tal estratégia, que implica tanto um dado mental quando prático, tem mostrado uma obsessão pela homogeneidade, pelo controle através da segregação e pela racionalidade, enfim, pela lógica do capital. Sem embargo, como vimos em Lefebvre (1973), assim como uma repetição nunca resulta em plena identidade de seus fatores, também a práxis já

implica um processo dialético, de sorte que a prática (social) não substitui ou elimina a lógica (mental); com efeito, haveria uma junção entre a lógica e a dialética e, nesse encontro, afloraria o diferencial. Assim, mesmo a prática social empreendida pelo capitalismo, engajada na busca pela lógica, pela coerência, através de uma ideologia que busca eliminar suas possíveis contradições, ainda não seria isenta da possibilidade do diferencial, visto que algo impede que esse círculo coeso e sistemático se feche. O conflito está sempre latente, embora implícito e nem sempre dito; através dele, insinua-se a conquista da cotidianidade.

A lógica relaciona-se com uma estratégia (de classe) e com uma ciência do espaço. A dialética, por sua vez, tem a ver com a prática social e o conhecimento do espaço propriamente dito. A primeira estaria integrada à ordem distante (longínqua), qual seja, do Estado e das relações de produção (e sua tendência à homogeneidade e à isotopia); a segunda, à ordem próxima, do local, da vizinhança, das topias (heterotopias). Com efeito, é justamente na prática social, cotidiana, que haveria a possibilidade do desvio, da brecha, do espaço diferencial, com potencial de re-apropriação do espaço-tempo pelo sujeito, individual ou coletivo, de modo a contrapor-se à alienação e heteronomia da ação no lugar – responsáveis pelos “lugares fantasmagóricos” –, conforme teorizadas por Carlos (2007).

Ora, neste contexto da hegemonia do chamado pensamento único, da sociedade do espetáculo e de um modelo urbano ditado pela cidade global, mais recentemente, novas propostas ganharam espaço, no Brasil e em âmbito internacional, a partir do surgimento do que se tornou conhecido como urbanismo tático, ou de guerrilha, ou bottom-up, ou mesmo urbanismo emergente (LYDON, 2012). Todas essas propostas parecem buscar, de uma ou outra forma, a ampliação dos horizontes de participação e apropriação dos usuários, seja na concepção, no processo produtivo ou no uso propriamente dito. Ao mesmo tempo, envolvem pequeno investimento inicial e em geral são iniciativas com retorno a curto prazo.

Neil Brenner (2016) realiza uma análise bastante pertinente ao confrontar o urbanismo tático à falha do capitalismo em entregar bens básicos, tais como habitação, transporte e espaço público. Com efeito, essas táticas – diferentes da estratégia de classe prevista por Lefebvre (2016), esta sim implicando uma ação mais unitária e decisiva, se assim podemos chamar – teriam como alguns de seus pressupostos a falta de unidade, uma vez que envolvem propostas “de baixo para cima”, experimentais e até mesmo provisórias, provenientes de grupos sociais e culturais diversos. Ao analisar uma recente exposição no MoMA (Nova Iorque), cuja temática consistia no “crescimento desigual das cidades”, Brenner enumera algumas das características fundamentais desse urbanismo tático, com base em pressupostos de pensadores e teóricos de renome, como Pedro Gadanho, curador da instituição, e Saskia Sassen. Neste quadro, uma das questões mais relevantes implicadas pelo urbanismo tático seria, sobretudo, sua relação espaço-temporal: a maioria dessas propostas envolve o curto prazo, por se relacionarem, não raro, com medidas urgentes e espontâneas, bem como se circunscrevem a uma região mais limitada, seja o bairro, a habitação, a rua.

Não menos importante é o fato de essas propostas táticas aparecerem dissociadas de um poder central, institucional, ou mesmo de iniciativas de teor político-econômico. Como decorrência, elas se mostram capazes de se tornar mais fluidas e menos engessadas

por normas e regras que possam se instituir de maneira vertical – sejam pelas antigas propostas modernas através do Estado, seja pelas leis da “livre” concorrência do mercado neoliberal. Em suma:

O urbanismo tático geralmente promove uma visão de base, participativa, prática e de ‘faça você mesmo’ de reestruturação urbana, na qual aqueles que são mais diretamente afetados por uma questão mobilizam-se continuamente para influenciar a evolução dos métodos e das metas necessárias de alcance. Por essa razão, o urbanismo tático é, muitas vezes, apresentado como um modelo de ação de ‘fonte aberta’ e como uma forma de ‘reapropriação’ do espaço urbano por seus usuários. (BRENNER, 2016, p. 9)

Segundo Chase et al. (1999), através dessas iniciativas, busca-se um reposicionamento do papel do “designer” (nos termos do autor) a partir da retomada e atualização das questões levantadas por teóricos como Henri Lefebvre, Guy Debord e Michel de Certeau – e mesmo Jane Jacobs e Constant –, que tanto haviam insistido na conexão entre teoria e prática social e apontavam para a construção da cidade através de um processo colaborativo. Pioneiros na análise da vida cotidiana como uma arena fundamental na cultura e na sociedade moderna, eles teriam identificado nesse universo (o cotidiano) elementos de resistência criativa e poder de libertação.

Outras publicações, como “Cidade para tod@s: propostas e experiências pelo direito à cidade” (SUGRANYES & MATHIVET, 2010), compilam autores de nacionalidades distintas (participantes da rede global HIC – Habitat International Coalition) que realizam uma aproximação entre propostas urbanas recentes, geralmente promovidas por grupos e comunidades locais, e as reflexões de Henri Lefebvre, com o intuito de apresentar o direito à cidade de maneira não abstrata, mas como possibilidade efetiva de luta e resistência face ao neoliberalismo. Na mesma linha, Purcell (2014), professor da Universidade de Washington, parece aproximar o sentido do direito à cidade presente em Lefebvre às práticas cotidianas de apropriação. Interessante notar que o autor situa as iniciativas urbanas pioneiras no sentido de busca pelo direito à cidade justamente no Brasil, quando associações e grupos passaram a se posicionar perante o crescimento das ocupações irregulares e das moradias precárias nas grandes cidades, tendo como consequência a constituição do “Estatuto da Cidade” (2001). Reconhecido internacionalmente, apesar de suas admitidas limitações, este teria servido de influência e inspiração (juntamente com instituições como a UN-HABITAT e a UNESCO), em âmbito internacional, para a reflexão das possíveis aplicações práticas do “direito à cidade”. Não obstante, uns de seus limites estaria relacionado precisamente ao fato de ter se consolidado de maneira institucional, sistêmica, ou seja, ainda como uma realização do mundo hegeliano, dentro da esfera de atuação do Estado. Tal aspecto traçaria uma diferença primordial nos princípios do direito à cidade que Lefebvre havia colocado, a saber, antes como um processo instituinte e que escapasse às mãos do Estado.

Com efeito, Purcell nos relembra que, em Lefebvre, a possibilidade do direito à cidade coloca-se efetivamente como uma possibilidade de “apropriação” da cidade, não apenas enquanto uso, mas necessariamente como participação ativa em seus processos decisórios, isto é, como um ato político. Além disso, Lefebvre deixa bastante claro em publicações menos conhecidas como “Towards an architecture of enjoyment”

(2014) e “Rithmanalysis” (2004), que tal participação/ apropriação deveria se constituir de maneira corpórea e orgânica, implicando, para tanto, percepções e experiências essencialmente subjetivas.

Por isso, na síntese de Purcell, o direito à cidade envolveria basicamente desalienação e autogestão e, por esse caminho, indicaria uma aplicabilidade lefebvriana real e prática, mesmo (ou necessariamente) envolvendo uma boa dose de utopia. Aliás, como bem apontava Lefebvre, este o porquê de se tratar de uma utopia concreta, pois aponta para uma direção de movimento, de tal modo que o direito à cidade – fundamental em seu projeto possível-impossível em que o “urbano” apresenta-se no horizonte do devir – a floraria justamente a partir do momento em que as pessoas passam a reclamá-lo e lutar por ele. Assim:

“O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001:134)

Tal postura vai ao encontro com o que é postulado por Rosa (2014), ao acreditar que as pessoas, em geral, têm se tornado cada vez mais ativas e se engajado com melhorias do espaço urbano comum. Casos em São Paulo como a “Lei Cidade Limpa” (2007), “A Batata precisa de você” (2014), o “Edifício União” (2015) e a “Paulista Aberta” (2016) seriam apenas alguns marcos deste engajamento, da busca por participação e tomada de decisões no que diz respeito ao território da cidade. Politicamente falando, essas iniciativas seriam importantes para desvelar demandas reais e latentes, uma vez que colocam certas falhas em evidência; socialmente, elas agem como “infraestrutura leve”, atuando em escala local, da vizinhança, e assim revelando novas maneiras de participação, negociação e cooperação; espacialmente, revelam campos, nos locais em que ocupam (ROSA, 2014). Mais do que elementos fixos, trata-se de estruturas flexíveis e abertas que podem se modificar ao longo do tempo, acomodando e sobrepondo novos programas. Como também defendido pelo arquiteto Jan Gehl (2013), diferente da planificação urbana convencional, para a noção de urbanismo emergente, a participação do cidadão se mostra crucial na concepção e construção do espaço urbano. Com efeito, mais do que a preocupação com as formas, essa arquitetura deveria se preocupar com as pessoas, pois estas devem se sentir incluídas no lugar.

Na mesma linha, coloca-se a defesa da prática e apropriação urbana através do próprio caminhar, como analisado por Francesco Careri em Walkscapes (2013). Frente ao que ele denomina *espaços sedentários*, pautados na construção física e na forma do espaço, opõem-se os *espaços nômades*, que emergem através da percepção e da construção simbólica do espaço. Resgata-se, dessa forma, o conceito de táticas de Michel de Certeau (1994) – na medida em que jogam com este território que não é próprio, ao criar uma resistência por meio das práticas cotidianas do lugar, como um ato transformador e significador. Ao mesmo tempo, também nos remete ao percurso do flâneur de Baudelaire pela cidade, que o possibilitava ver o mundo e sentir-se em casa em toda parte, já que: “em nosso mundo uniformizado, é ao lugar em que estamos, e em profundidade, que precisamos ir” (BENJAMIN, 1989, p. 221).

À guisa de conclusão

É bem verdade que o próprio Brenner (2016) coloca estas perspectivas em xeque, ao questionar a real capacidade de proporcionar mudanças a longo prazo, visto que, não raro, acabam por se restringir apenas a medidas paliativas que dificilmente se mostrariam capazes de fazer frente, de fato, ao avanço voraz do capitalismo neoliberal. Essa dúvida transparecia igualmente em Lefebvre (2007), ao confessar que certas propostas urbanas de sua época – provavelmente se referindo aos situacionistas –, embora expusessem um debate rico e fértil, ainda seriam insuficientes para fomentar as transformações necessárias no âmbito da cidade. Estas, por sua vez, precisariam ser levadas a cabo por uma verdadeira estratégia urbana, que ocorreria de maneira indissociável a uma política e uma crítica radical. Assim, a reflexão sobre o fenômeno urbano, através dessa crítica radical, poderia definir uma estratégia, um horizonte, em busca de uma totalidade. Sem se fragmentar, tal estratégia deveria se desdobrar enquanto conhecimento e política, reunindo, para tanto, hipóteses teóricas, experiências práticas e conceitos já verificados, ao mesmo tempo que não poderia se submeter às “commandes” (encomendas) da estratégia hegemônica. Por isso, é certo que deve abrigar em seu bojo uma dose de imaginação, de utopia.

Como vemos, tanto em termos teóricos quando práticos, há sempre o que se colocar em questão, revisar e reavaliar, ou, em termos filosóficos, colocar-se constantemente em diálogo. Lefebvre ressaltava reiteradamente a importância e premência de se associar teoria e prática. É por isso que toda reflexão, ao se negar a aceitar o estado das coisas, contém uma utopia: “(...) isso significa que ela procura seu ponto de inserção na prática e não separa o conhecimento de uma política que não coincidiria com a do poder em vigor” (LEFEBVRE, 1968b/1991, p. 84). Desse modo, envolveriam a delimitação de utopias urbanas, ou espaços de esperança, segundo as palavras de Frehse (2012); em última análise, por isso a importância de se relativizar sempre, de colocar em questão suas próprias convicções, ou seja, de evitar dogmatismos, de deixar a estrutura aberta.

Bibliografia

- ARANTES, O. *O lugar da arquitetura depois dos modernos*. São Paulo: Edusp, 2000a.
- _____. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000b.
- BAUDRILLARD, J. *El sistema de los objetos*. México: Siglo Veintiuno, 1969.
- BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: Obras escolhidas v. I*. São Paulo: Brasiliense: 1996.
- BISHOP, C. *Participation*. London: Whitechapel; Cambridge: MIT Press, 2006.
- BOLTANSKI & CHIAPELLO. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRENNER, N. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais E-Metropolis*, nº 27, ano 7, dez. 2016. Disponível em: <<http://emetropolis.net/edicao/n27>>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- CARERI, F. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. Barcelona: Gustavo Gili, 2013.
- CARLOS, A. F. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Ed., 2007.

- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHASE, J. (Et al.). *Everyday Urbanism*. Nova Iorque: The Monaceli Press, 1999.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio Janeiro: Contraponto, 1997.
- FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa: e seu papel na transformação do trabalho, lazer, comunidade e cotidiano*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2011.
- FRAMPTON, K. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREHSE, F. U-topias (urbanas) do pensamento sociológico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.26, n.75, p. 191-206, ago. 2012.
- GEHL, J. *Cidade Para as Pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HALL, P. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*, São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Org.). *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- _____. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- KRAUSS, R. *A escultura no campo ampliado*. Rio de Janeiro: Gávea, 1984.
- LEFEBVRE, H. *A reprodução das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática: 1991.
- _____. *Rhythmanalysis: Space, Time and Everyday Life*. Londres: Continuum: 2004.
- _____. *Production of space*. Oxford: Blackwell, 2007.
- _____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.
- _____. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.
- _____. *Toward an architecture of enjoyment*. Minneapolis: Minnesota University, 2014.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2016.
- LYDON, M. (2012). *Tactical Urbanism 2: Short-term Action for Long-term Change*. [s.l: s.n.]. v. 2.
- MORITA, C. A. M. Ação, Objeto e Espaço na obra de Sérgio Ferro e Hélio Oiticica. *Dissertação de Mestrado*. São Carlos: USP, 2011.
- PURCELL, M. Possible worlds: Henri Lefebvre and the right to the city. *Journal of Urban Affairs*, n. 36, p. 141–154, fev. 2014.
- ROSA, M. L. *Handmade Urbanism: From Community Initiatives to Participatory Models*. Berlin: Jovis Verlag, 2014.
- SCHWARZ, R. Cultura e Política-1964-1969. In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SUGRANYES, A. & MATHIVET, C. Cidades para todos: articulando capacidades sociais urbanas. In: SUGRANYES, A. & MATHIVET, C. (ed.). *Cidades para tod@s: propostas e experiências pelo direito à cidade*. Santiago: HIC, 2010.
- SUBIRATS, E. *Da vanguarda ao Pós-moderno*. São Paulo: Nobel, 1986.
- TAFURI, M. *Projecto e Utopia*. Lisboa: Presença, 1985.

Recebido [Set. 08, 2018]

Aprovado [Ago. 19, 2019]